

€ 44 890, no caso de pessoas coletivas, o uso indevido ou dano a qualquer infraestrutura ou equipamento do sistema de gestão de resíduos por parte dos utilizadores dos serviços.

2 — Constitui contraordenação, punível com coima de € 250 a € 1500, no caso de pessoas singulares, e de € 1 250 a € 22 000, no caso de pessoas coletivas, a prática dos seguintes atos ou omissões por parte dos utilizadores dos serviços:

- a) A alteração da localização do equipamento de deposição de resíduos;
- b) O acondicionamento incorreto dos resíduos urbanos, contrariando o disposto neste Regulamento;
- c) A inobservância das regras de deposição indiferenciada e seletiva dos resíduos, previstas no Artigo 20.º deste Regulamento
- d) O incumprimento do horário de deposição dos resíduos urbanos, contrariando o disposto neste Regulamento;
- e) O desrespeito dos procedimentos veiculados pelo Município das Lajes do Pico, em situações de acumulação de resíduos, no sentido de evitar o desenvolvimento de situações de insalubridade pública.

#### Artigo 55.º

##### Negligência

1 — Todas as contraordenações previstas no artigo anterior são puníveis a título de negligência, sendo nesse caso reduzidas para metade os limites mínimos e máximos das coimas previstas no artigo anterior.

2 — As contraordenações previstas neste regulamento são aplicáveis as normas gerais que regulam o ilícito de mera ordenação social e o respetivo processo, sujeitando-se os infratores às sanções administrativas previstas neste regulamento.

3 — O dolo a tentativa e a negligência são puníveis.

4 — No caso de reincidência, o valor da coima a aplicar será elevado ao dobro, observando-se, em qualquer caso, os limites fixados na legislação em vigor.

#### Artigo 56.º

##### Processamento das contraordenações e aplicação das coimas

1 — A fiscalização e a instrução dos processos de contraordenação, assim como o processamento e a aplicação das respetivas coimas compete ao Município das Lajes do Pico.

2 — A determinação da medida da coima faz-se em função da gravidade da contraordenação, o grau de culpa do infrator e a sua situação económica e patrimonial, considerando essencialmente os seguintes fatores:

- a) O perigo que envolva para as pessoas, a saúde pública, o ambiente e o património público ou privado;
- b) O benefício económico obtido pelo infrator com a prática da contraordenação, devendo, sempre que possível, exceder esse benefício.

3 — Na graduação das coimas deve, ainda, atender-se ao tempo durante o qual se manteve a infração, se for continuada.

#### Artigo 57.º

##### Produto das coimas

O produto das coimas aplicadas reverte integralmente para ao Município das Lajes do Pico.

## CAPÍTULO VI

### Reclamações

#### Artigo 58.º

##### Direito de Reclamar

1 — Aos utilizadores assiste o direito de reclamar, por qualquer meio, perante o Município das Lajes do Pico, contra qualquer ato ou omissão desta ou dos respetivos serviços ou agentes, que tenham lesado os seus direitos ou interesses legítimos legalmente protegidos.

2 — Os serviços de atendimento ao público dispõem obrigatoriamente de um livro de reclamações onde os utilizadores podem apresentar as suas reclamações.

3 — Para além do livro de reclamações, o Município das Lajes do Pico disponibiliza mecanismos alternativos para a apresentação de reclamações que não impliquem a deslocação do utilizador às instalações da mesma, designadamente através do seu sítio na *internet*.

4 — A reclamação é apreciada pelo Município das Lajes do Pico no prazo de 15 dias úteis, notificando por escrito o utilizador do teor da sua decisão e respetiva fundamentação.

5 — A reclamação não tem efeito suspensivo, exceto na situação prevista no do presente Regulamento.

## CAPÍTULO VII

### Disposições finais

#### Artigo 59.º

##### Integração de lacunas

Em tudo o que não se encontre especialmente previsto neste Regulamento é aplicável o disposto na legislação em vigor.

#### Artigo 60.º

##### Revogação

Com a entrada em vigor do presente Regulamento consideram-se revogadas todas as disposições de natureza regulamentar aprovadas por este Município as quais contemplem matéria constante deste Regulamento.

#### Artigo 61.º

##### Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação no *Diário da República*.

O presente Regulamento foi sujeito a discussão pública no período de discussão pública no período de 13 de dezembro de 2018 a 15 de fevereiro de 2019 e aprovado em reunião extraordinária do Executivo de 21 de fevereiro de 2019 e Assembleia Municipal em sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2019.

14 de março de 2019. — O Presidente de Câmara, *Roberto Manuel Medeiros da Silva*.

312144008

## MUNICÍPIO DE MATOSINHOS

### Aviso n.º 5752/2019

Dr.ª Luísa Maria Neves Salgueiro, Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, faz público que, por despacho da Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, com competências delegadas, Dr.ª Ângela Miranda, foi determinado celebrar contratos de trabalho por tempo indeterminado, para o exercício de funções públicas na categoria de Agente Municipal de 2.ª classe, em regime de estágio, da carreira de Polícia Municipal, índice 170, 1.º escalão, nos termos do Mapa I do Anexo II do Decreto-Lei n.º 39/2000, de 17 de março, na atual redação e do Decreto-Lei n.º 29/2019, de 20 de fevereiro, com os seguintes trabalhadores: Ana Rosa Marques de Oliveira Pereira, Ana Sofia Peixoto Moreira, André Filipe Pinto Brochado, André Miguel Santos Martinho, Bruno Aparício Moura dos Santos, Bruno Fernando dos Santos Silva, Camilo João Faria Martins, Damião Christian Riquelme Rodrigues, Dário Rafael Teixeira Pinto, Diogo Fonseca Duarte Ferreira, Edir Filipe Cerqueira Mota, Fábio André Rodrigues da Silva, Fábio Filipe Campos Faria, Filipe André Cerqueira Fonseca Gomes, Gonçalo de Lima Cidras, Joana Isabel Oliveira e Sousa Cardoso, João Manuel Leite de Oliveira, João Pedro da Silva Pereira, João Pedro Santos Costa, Jorge Cristiano Costa Magalhães, Miguel Ângelo Correia de Vasconcelos, Nuno Miguel Pereira Organista, Ricardo Emanuel Aguiar Correia, Ricardo Jorge Almeida Guedes, Ricardo Manuel Barros Meireles, Tiago Alexandre Moura Marques, Tiago Emanuel Gradim dos Santos Batista e Vítor Hugo Ferreira Martins, com efeitos a partir de 14 de março de 2019.

Os trabalhadores ficarão sujeitos a um estágio de duração de um ano e inclui a frequência, com aproveitamento, de um curso de formação, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 11.º e n.º 4 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 39/2000, de 17 de março.

20/03/2019. — A Presidente da Câmara, *Luísa Salgueiro*, Dr.ª

312157933